



Dados coletados pelo Imperial College mostram que índice atingiu o menor patamar em sete semanas e impactou na média móvel. Para especialistas e Ministério da Saúde, resultado foi obtido por meio do avanço da imunização da população contra a covid-19

Vacinação faz cair taxa de transmissão

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

Ainda com um patamar alto de notificações diárias do novo coronavírus, o Brasil começa a enxergar uma luz no fim do túnel no controle da pandemia da covid-19, ao ver alguns indicadores demonstrarem uma melhora. Um deles é a taxa de transmissão que, ontem, segundo levantamento do Imperial College, de Londres, atingiu o menor índice em sete semanas. O avanço na contenção do vírus é acompanhado da queda da média móvel de casos e óbitos. Para os especialistas e autoridades, essas diminuições de índices são um primeiro sinal dos efeitos da vacinação, que acelerou no país no último mês.

Segundo dados do Imperial College, os níveis de transmissão do novo coronavírus caíram para 0,91 no país nesta primeira semana de julho, o que significa que cada 100 pessoas infectadas transmitem o vírus para outras 91. Na semana passada, esse índice era de 0,98. Dentro da margem de erro calculada, o Rt brasileiro atual pode variar de 0,88 a 0,95. O número atual é o menor em sete semanas (veja quadro ao lado).

A taxa de 0,91 aponta, ainda, para uma situação considerada controlada, já que está abaixo de 1, índice considerado de descontrolado. No entanto, para se manter baixo e indicar um avanço contra a pandemia da covid-19, precisa estar alinhado com outros elementos, como números de novos casos e óbitos, taxa de ocupação de leitos, e dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag).

O cenário de queda das taxas também é visto quando se observa a média móvel de mortes e

casos da covid-19 no país. Com os números diários dos últimos dias, a média dos últimos sete dias tem diminuído. Segundo a análise do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), essa variação está em 48.816 infecções e 1.558 mortes. Desde 23 de fevereiro, o país não registrava uma média móvel de casos menor do que 49 mil. Ao se observar a de óbitos, desde 9 de março o Brasil não via algo abaixo de 1600 mortes.

Cenário positivo

Os números demonstram uma melhora do cenário pandêmico brasileiro e, segundo especialistas, esse progresso pode ser observado como um primeiro sinal dos efeitos positivos da vacinação. O ponto foi ressaltado, ontem, pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

No último mês, o país conseguiu ganhar ritmo e avançar na imunização. Apesar disso, até o momento, segundo dados do Ministério da Saúde, somente 28,1 milhões de pessoas estão totalmente vacinadas com as duas doses ou com a vacina da Janssen de dose única. Representa cerca de 17,7% dos brasileiros com mais de 18 anos, a população considerada vacinável.

Apesar de ainda estar longe da meta, a epidemiologista Ethel Maciel, pós-doutora pela Universidade Johns Hopkins e professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), também acredita que são as vacinas que estão fazendo efeito e demonstrando os benefícios para a sociedade. A especialista, entretanto, afirma que o país não pode se descuidar das demais medidas de prevenção.

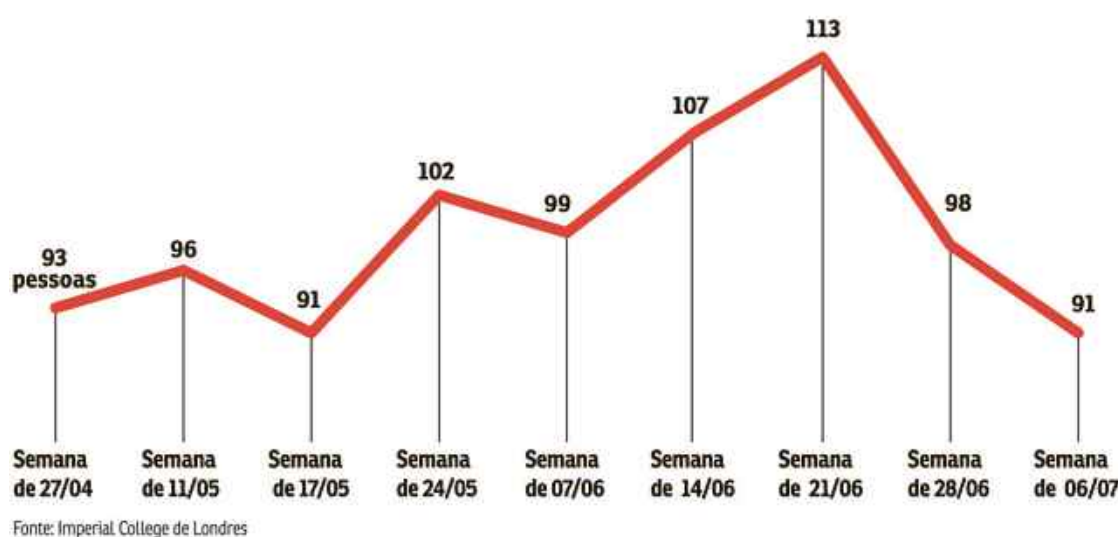
* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

O avanço da covid-19 no Brasil

Veja como foi a evolução da infecção do novo coronavírus no Brasil desde a primeira semana de maio até a primeira semana de julho



Valores referentes a cada 100 pessoas contaminadas, que transmitem a doença para um determinado número de pessoas:



Portaria para volta às aulas

» LUIZ CALCAGNO

O governo trabalha em uma portaria interministerial para a volta às aulas nas escolas públicas. Foi o que disse, ontem, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, quando apresentou a inclusão de bancários e trabalhadores dos Correios entre as prioridades de vacinação contra o coronavírus. O Projeto de Lei 5.407/2020 tramita no Congresso e inclui os professores no rol dos vacinados — a imunização da categoria é considerada prioritária somente a nível estadual. “O governo trabalha para manter a economia brasileira funcionando, e nós queremos que as escolas também voltem”, afirmou o ministro.

Além de Queiroga, participam da elaboração do documento “para disciplinar a volta às aulas” o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, e o advogado-geral da União, André Mendonça. “Não é possível que fique um ano e meio sem aulas para os nossos adolescentes e jovens”, disse o ministro da Saúde.

Queiroga anunciou a inclusão de bancários e funcionários dos Correios na lista do grupo prioritário da vacinação contra a covid-19. O ministro prometeu lançar uma nota técnica para orientar estados e municípios, na próxima sexta-feira. “Duas categorias muito importantes, que estão na linha de frente”, disse. O ministro afirmou que a demanda para a inclusão das duas categorias nas prioridades da vacinação contra a covid-19 foi recebida pela pasta há três semanas. (Com MEC)

Bolsonaro é atrelado à lentidão Anvisa libera estudo para vacina francesa

» GABRIELA CHABALGOITY*

O fluxo de vacinação contra a covid-19 do Brasil é lento e Jair Bolsonaro é o principal responsável pela demora, de acordo com uma pesquisa de opinião realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT/MDA), divulgada na última segunda-feira. Como os números do mês de julho mostraram, 49% dos entrevistados acreditam que a gestão do presidente da República é a principal razão para que a vacinação no país ande tão lentamente.

Para 24,3% dos entrevistados, a culpa é de Bolsonaro, dos governadores e dos prefeitos. Já 5,6% acreditam atribuem o problema à atuação dos governadores. Outros 1,4% acreditam que os prefeitos são os responsáveis pela vacinação lenta. E 1,9% acreditam que existam outros culpados, enquanto que 4,4% não sabem ou não responderam. Tem, ainda, um grupo de entrevistados pela sondagem, de 8,1%, que acreditam não ter havido demora na vacinação do país.

Para o epidemiologista da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pedro Hallal, não existem dúvidas de que a culpa é do presidente. “Ele fez declarações questionando a segurança das vaci-

Carlos Vieira/CB/D.A Press



De acordo com a pesquisa CNT/MDA, eleitor enxerga culpa do presidente pelo ritmo devagar da vacinação

nas, disse que ele próprio não se vacinaria, o governo liderado por ele ignorou mais de 100 e-mails da Pfizer, declarou publicamente que não compraria a CoronaVac e também ignorou as primeiras propostas da mesma”, explicou.

O índice de aprovação da gestão do governo federal no combate à pandemia está em decréscimo desde o mês de outubro de 2020,

quando 57,1% dos entrevistados disseram aprovar a atuação de Bolsonaro. Mas, na pesquisa de julho passado, esse número caiu para a 39%. Em outubro do ano passado, a desaprovação registrou 39,1%, enquanto o novo levantamento mostrou 57,2% de reprovação da atuação do governo federal.

Sobre a atuação do Ministério da Saúde no combate à pandemia,

16,1% dos entrevistados responderam que é péssima; 14,2% declararam que a administração da crise sanitária é ruim; 33,4% afirmaram que a gestão é regular; 27,8% disseram que é boa; e 6,7% dos entrevistados acham, que a atuação do Ministério da Saúde é ótima.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Anvisa libera estudo para vacina francesa

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o estudo clínico da vacina do laboratório francês Sanofi Pasteur contra a covid-19. Serão desenvolvidas no Brasil as fases 1 e 2, nas quais são testadas a segurança e a dosagem ideal para garantir proteção com o imunizante. Segundo a autarquia, o estudo deve contar com a participação de 150 voluntários no Brasil, que serão selecionados em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Bahia.

“O objetivo do estudo é testar três diferentes dosagens da vacina para definir a dose ideal antes de prosseguir para um estudo de fase III. O estudo prevê a aplicação de duas doses com 21 dias de intervalo”, explicou a Anvisa. Porém, para a realização do estudo clínico do imunizante, ainda é necessário a aprovação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

E quase um mês após a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) avaliar e aprovar as Diretrizes Brasileiras para Tratamento Hospitalar do Paciente com Covid-19, que não incluem medicamentos como

cloroquina, ivermectina e azitromicina, o Ministério da Saúde convocou uma audiência pública para “levantar mais subsídios” para decidir se incorpora a diretriz ao Sistema Único de Saúde (SUS). A audiência pública para debater as diretrizes para tratamento hospitalar de casos de covid-19 será amanhã.

Apesar de estar previsto em lei a realização de uma nova audiência pública após deliberação final da Conitec, não é comum que a pasta faça uso desse mecanismo, segundo apurado pelo Correio. Em avaliação final, a Comissão só recomendou o uso de duas medicações para pacientes hospitalizados com covid-19 e não recomendou os medicamentos do chamado “kit covid” — como a cloroquina e a ivermectina no tratamento hospitalar da doença. A mesma indicação já havia sido feita na avaliação inicial da comissão.

“Alguns medicamentos foram testados e não mostraram benefícios clínicos na população de pacientes hospitalizados, não devendo ser utilizados, sendo eles: azitromicina, cloroquina ou hidroxicloroquina, colchicina, lopinavir + ritonavir e plasma convalescente”, diz a diretriz da Conitec. (MEC)